

DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA:

Possibilidades na formação de Ciências Biológicas e da Saúde

Davi Gustavo Sanches Silva¹

Universidade Federal do ABC

Daniel Manzoni de Almeida²

Université Bretagne Occidentale

João Rodrigo Santos da Silva³

Universidade Federal do ABC

Resumo

O presente artigo se debruça sobre as questões dos gêneros e das sexualidades dentro das universidades brasileiras, buscando compreender como estas temáticas se inserem na formação inicial de professores nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. O objetivo da pesquisa foi o de estabelecer um panorama sobre as disciplinas, os grupos de pesquisa e as políticas institucionais existentes que promovam a diversidade sexual e de gênero na Universidade Federal do ABC. Utilizamos-nos da metodologia de Análise de Conteúdo para cruzar trabalhos e documentos oficiais que embasaram nossas discussões. Analisamos o exemplo do contexto investigado e estabelecemos discussões com o referencial teórico a partir dos documentos oficiais da universidade supracitada. Diante disso, podemos afirmar que a UFABC figura como uma das universidades brasileiras que promove a diversidade em diversos âmbitos de formação, desde disciplinas até os grupos de pesquisa, mas que não apenas ela, bem como outras IES precisam estar atentas aos tensionamentos decorrentes das temáticas e agir de forma mais contundente no compromisso com a diversidade.

Palavras-chave

Educação; Ensino Superior; Formação de professores; Gêneros e sexualidades.

¹ Doutor em Ensino e História das Ciências e Matemática. davigsanchess@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3851-1570>

² Doutor em Ciências Biológicas. danielmanzoni@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1729-9833>

³ Doutor em Botânica. joao.rodriogo@ufabc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8342-8875>



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, desde que a obra original seja devidamente citada.



Introdução

Desde o final do século passado, a Educação tem se preocupado em atender à demanda de inclusão das temáticas das sexualidades e dos gêneros nos currículos e nas práticas educacionais. Entretanto, como nos sinaliza Altmann (2013), essas investidas educacionais estão articuladas com as mudanças que têm ocorrido no campo social, através das demandas de movimentos contra hegemônicos. Dessa forma, podemos exemplificar esse movimento através da inclusão da temática de “Orientação Sexual”, no final dos anos 90, como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que surge a partir de uma preocupação dos(as) professores(as) com os grandes índices de gravidez na adolescência, com os riscos de infecção pelo vírus HIV e outras IST's (Brasil, 1997), de maneira que “as intervenções sobre a sexualidade na escola passaram por diversos focos de atenção” (Altmann, 2013, p. 73).

Partindo disso, entendemos que as preocupações com uma prática educacional comprometida com a saúde sexual e questões que se entrelaçam à sexualidade e ao gênero já vêm se fazendo presente no radar das políticas educacionais há mais de vinte anos. Porém, o que nos chama a atenção é que a formação docente para tratar dessas questões segue o caminho inverso, sendo frequente que o ensino sobre as questões dos gêneros e das sexualidades sejam abordadas na educação, aquém do fato de que a formação docente para tratar sobre estas questões ainda seja tímida e possua pouquíssimo espaço nos cursos de licenciatura no Ensino Superior (Santos; Santos, 2019).

De acordo com Cano (2020, p. 35), as instituições de Ensino Superior brasileiras continuam a se ocupar do papel de “reprodução de padrões e marcadores sociais de diferenciação, como raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros, reforçando desigualdades e hierarquias, uma vez que sua formação técnica e intelectual é voltada para a elite”. Sendo assim, a nossa atenção se volta para o contexto formativo das IES, a fim de elucidar o cenário encontrado, estabelecendo diálogo com os estudos feitos por autoras/es aos quais nos referenciamos e que também se debruçaram sobre estas temáticas, intencionando contribuir para as discussões promovidas no campo da Educação e do Ensino Superior, no que se refere à formação de professores.

Partindo da noção de que os espaços educativos não estão ainda aptos a oferecer uma existência sustentável para pessoas dissidentes do sistema sexo-gênero hegemônico (Dantas, 2019), investigamos os diálogos que a formação superior brasileira suscita no que tange às questões dos gêneros e das sexualidades, visando perceber as seguintes questões: São oferecidos espaços para debate, reflexão e construção de conhecimento acerca dessas temáticas durante a formação de profissionais da área de Ciências Biológicas e da Saúde? Como as universidades têm se posicionado a fim de promover as questões de gêneros e sexualidades em seus ambientes?

Dentre os objetivos deste trabalho, procuramos estabelecer um panorama dos espaços e rupturas dentro das universidades brasileiras, onde as temáticas dos gêneros e das sexualidades são abordadas, trazendo trabalhos de pesquisadores(as) que investigaram a temática, além de contribuir com os dados de nossa própria pesquisa e interpretá-los em conjectura com o referencial trazido aqui. Por fim, abordamos as práticas que têm tomado espaço dentro da Universidade Federal do ABC, analisando documentos prescritivos desta IES

Premissas legais: Menções suprimidas a gênero e sexualidade nos documentos oficiais

O Ensino Superior é um ambiente que possibilita o debate e representa um espaço de iniciação na construção da Ciência e dos enunciados contemporâneos e, por conseguinte, este âmbito de formação deve estar aberto para as questões que vêm sendo pronunciadas na vida extra-acadêmica, estabelecendo relação entre a construção de um conhecimento atual e de demandas sociais que existem na vida cotidiana, sendo atravessadas pelo conhecimento ali construído.

Existem premissas legais assegurando que a formação de profissionais do magistério tenha compromisso com a valorização da diversidade, como estabelecido na Resolução nº2, de 1 de julho de 2015:

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação [...] (Brasil, 2015).

Destarte, é no âmbito da universidade, onde se dá a formação de profissionais do magistério, que concentramos nossas investigações, de forma que possamos vislumbrar a forma como as premissas legais, assim como a que está supracitada, se materializam no cotidiano. Ainda trazendo um enfoque para os documentos oficiais, que tratam ou tratavam das questões dos gêneros e das sexualidades na educação, abordamos o PNE (Plano Nacional de Educação), aprovado em 2014. Pudemos observar à época, a grande disputa que fora suscitada pelo documento que, dentre outras resoluções, assegurava, através da III diretriz do Art. 2º, a igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Entretanto, o texto aprovado através do Projeto de Lei nº 8.035/2010, passou por modificações que suprimiram as menções às questões de gênero e sexualidade, tendo sido substituído pelo trecho que menciona a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014). Com isso, a disputa sobre a inserção das questões de diversidade de gênero e sexualidade nos documentos oficiais de educação, foi vencida por um movimento conservador, que minou a menção aos assuntos dentro das salas de aula no Brasil. Quando trazemos o enfoque para os cursos de Ciências Biológicas e da Saúde, existe uma urgência ainda maior para se trabalhar essas questões sob novas perspectivas, incluindo novas práticas, espaços e epistemologias, tendo em vista o posto de dominação discursiva sobre os enunciados sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades que as Ciências possuem hoje.

Ainda que concerne às tensões que permeiam as questões dos gêneros e sexualidades no currículo das universidades brasileiras, houve posteriormente em 2019 a revogação da Resolução CNE/CP nº2, de 1 de julho de 2015, com a vigência da nova Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

(BNC-Formação), considerada por estudiosos da Educação como um retrocesso no que se refere à presença de temáticas relevantes para a formação nos tópicos de diversidade de gênero, sexualidade, raça e classe, enfraquecendo assim a formação no que tange às temáticas supracitadas.

Em uma breve análise ao documento da Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019, é possível observar que não há menções à palavra “gênero” enquanto um tópico na formação de professores nas questões de diversidade. Uma única menção da palavra no documento analisado refere-se a “gênero” no contexto de diferentes gêneros textuais em Língua Portuguesa (Brasil, 2019), demonstrando um claro silenciamento da temática em um documento de suma importância para as políticas educacionais brasileiras. Corroborando com nossa afirmação Silva, Martinelli e Sandri (2023) defendem que a omissão ou tratativa superficial das questões de gênero e sexualidade nos documentos oficiais de educação fomentam um sentido de irrelevância das temáticas para a formação crítica de professores, ignorando a dimensão humana da prática e resumindo a formação apenas a um “saber-fazer” instrumentalizado.

Olhando para os currículos de formação superior em cursos das áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, em se tratando do discurso biológico que permeia e estrutura as divisões e conhecimentos tratados nas disciplinas, compreendemos o discurso biológico enquanto uma produção humana de significações de aspectos biológicos, ou seja, a inscrição de significados aos órgãos, estruturas, tecidos, moléculas, células, entre outros, significados estes construídos para tornarem o corpo inteligível no domínio da Ciência humana e, partindo deste pressuposto, denotamos o quanto este é fruto de outras construções humanas, tais quais os fatores de raça, classe, sexualidade, gênero, entre outros (Marin, 2019).

Partindo de uma reflexão sobre os contextos formativos nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, entendemos que o discurso biologizante é a matriz que vai definir a perspectiva pela qual seremos ensinados/as a entender os corpos, encaixando-os em nosso sistema de inteligibilidade binário, dicotômico onde existe a norma e tudo aquilo que não está inserido nela. Marin, Nunes e Cassiani (2020) afirmam que a proposição de espaços nas formações de professores(as) de Ciências Biológicas e Ciências que contemplem as novas necessidades originadas pelas guinadas nos campos sociais, confrontam diretamente as formações tradicionais,

rompendo com o perfil desta formação e trazendo um enfoque para tópicos considerados progressistas.

Na esteira das disputas no currículo de formação docente, a Resolução CNE/CP nº4, de 29 de maio de 2024, estabelece no seu Art. 7º, inciso XIX, alínea “f”:

a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional (Brasil, 2024, p. 6).

Com isso, não apenas denotamos o quanto a Educação, sobretudo a formação docente, é um campo em movimento, passível de atuações e reivindicações, como também existem espaços onde as resistências agenciadas por grupos engajados na promoção de uma formação crítica e que leve em consideração aspectos para além da dominância tecnocrata do Ensino e Educação, podem operar diretamente sobre as políticas educacionais brasileiras.

A partir disso, na interface com as práticas formativas e com os diversos contextos existentes dentro do âmbito de formação em Ciências Biológicas e da Saúde; currículos, ações de extensão, formações continuadas, eventos, simpósios, congressos, produção científica e afins, o discurso biologizante opera de maneira que suas concepções estão irrefutavelmente ditando a perspectiva que será abordada para tratar sobre diversidade sexual e de gênero e diversidade corporal: a perspectiva da norma biológica, do natural, do corpo ideal que este discurso propõe, reforçando os padrões através da exclusão e patologização de quem se encontra às margens do que é dito como normal (Marin, 2019).

Metodologia

A abordagem metodológica adotada neste trabalho foi a Análise de Conteúdo, que consiste em um método de pesquisa qualitativa cuja principal finalidade é descrever e interpretar materiais de interesse (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021), que no caso desta pesquisa é caracterizada pelo trabalho de autores que investigam as questões dos gêneros e das sexualidades dentro das universidades brasileiras. Em busca de estabelecer um panorama acerca das práticas, presenças ou até mesmo

ausências dessas temáticas no currículo e na formação inicial de profissionais nos cursos de Ciências Biológicas e da Saúde, tendo por objetivo analisar as produções científicas do período de 2016 a 2021 relacionadas à educação superior, principalmente das universidades federais brasileiras.

Segundo Bardin (1977), uma das matérias-primas para as pesquisas que adotam a abordagem metodológica de Análise de Conteúdo são os materiais escritos, que no contexto deste trabalho configuram-se como os artigos dos autores analisados. A metodologia adotada aqui fora capaz de nos auxiliar a estabelecer “uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção de conhecimento” (Franco, 2008, p.10).

Dada a abrangência da aplicabilidade da abordagem da Análise de Conteúdo, descrevemos aqui a forma como ela fora aplicada em nossa pesquisa. Num primeiro momento, exercemos o trabalho de procurar por artigos que analisassem as questões dos gêneros e das sexualidades na educação superior brasileira. A partir disso, elencamos alguns trabalhos e, dentre eles, escolhemos apenas aqueles que tratassem dos currículos, dos grupos de pesquisas, das disciplinas oferecidas e que, de certa forma, abordassem também as ações universitárias extracurriculares para a promoção da diversidade sexual e de gênero na IES brasileiras.

A partir disso, analisamos os trabalhos elencados, estabelecendo diálogo entre os trabalhos citados, para então vislumbrar um panorama do objeto de pesquisa no contexto investigado e, posterior a isso, aplicamos a Análise de Conteúdo nos documentos oficiais da Universidade Federal do ABC, buscando analisar quais iniciativas a universidade tem empregado para promover a diversidade sexual e de gênero no âmbito da formação inicial. Nossa análise consistiu em encontrar espaços como os grupos de pesquisa, as políticas educacionais e institucionais que atendessem aos objetivos da pesquisa no escopo da Universidade Federal do ABC, por se tratar da universidade onde os(as) pesquisadores(as) estão afiliados.

Elucidando nosso processo metodológico, estabelecemos alguns critérios, baseados no trabalho de Souza e Giacomi (2021), para selecionar os trabalhos que fizeram parte do referencial teórico e que contribuíram para as análises. A principal fonte de trabalhos foram os indexadores SciELO e o Google Acadêmico, onde selecionamos artigos de pesquisadores(as) que analisaram as questões dos gêneros

e das sexualidades nas universidades públicas brasileiras, utilizando as palavras-chave de “gênero”, “sexualidade”, “universidade” e “ensino superior” nas ferramentas de busca indicadas. A partir disso, definimos o período de publicação dos trabalhos, pois se tratando da discussão que gostaríamos de construir, sabíamos da necessidade de analisar os trabalhos mais recentes, localizados numa temporalidade semelhante à nossa. O critério do período de publicação foi de suma importância no nosso escopo, pois, tendo em vista as constantes disputas suscitadas pelas referidas temáticas no Ensino Superior brasileiro, precisávamos de um referencial que discutisse as temáticas contemporâneas.

Como último critério estabelecido para a busca do referencial da pesquisa, utilizamos o marcador de território. Dessa forma, buscamos por trabalhos que não centralizassem suas análises apenas em regiões específicas do Brasil, mas que pudessem contribuir com uma perspectiva mais abrangente com relação ao território, analisando universidades e currículos fora do eixo Sudeste apenas.

Por conseguinte, para nos debruçarmos em uma análise da Universidade Federal do ABC, utilizamos como base os documentos oficiais da instituição, tendo como principal fonte de informação o site da universidade, de onde foram extraídos os documentos e as informações sobre as disciplinas ofertadas⁴.

Panorama das universidades brasileiras investigadas

Foi a partir da reflexão sobre o currículo de formação universitária que Alves e Silva (2016) conduziram um estudo sobre as práticas formativas e curriculares na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Os(as) pesquisadores(as) analisaram o relato de experiência de 120 estudantes, distribuídos em diversas áreas de conhecimento, e nos sugeriram que apenas 2% dos estudantes consideraram que a universidade luta contra a LGBTfobia, enquanto que 59% relataram não haver iniciativas que lutassem contra discriminações baseadas em sexualidade e gênero. Somado a isso, 39% dos sujeitos da pesquisa de Alves e Silva (2016) apontaram que a universidade raramente promove iniciativas de combate a estas discriminações.

⁴ Cabe-nos salientar que esta análise está inserida em um recorte temporal, abrangendo os documentos oficiais da IES até o momento de desenvolvimento e divulgação deste trabalho, de forma que possíveis movimentações futuras que tenham aderência com nossos objetivos poderão estar aquém da nossa capacidade de análise.

Para os autores, o fato de ainda ocorrerem violências baseadas em gênero e sexualidade no espaço da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se deve “à não existência de políticas de combate e prevenção e à baixa quantidade de disciplinas e atividades extracurriculares que discutam questões ligadas a esses temas” (Alves; Silva, 2016, p. 90). Os dados apresentados pelos(as) pesquisadores(as) vão de encontro com a necessidade de criarmos um ambiente qualificado para a permanência de sujeitos dissidentes, pois, embora tenha havido uma crescente no número de estudantes nas universidades públicas, a permanência sustentável, isto é, a possibilidade de vivenciar o espaço da universidade sem interferências de violências baseadas nos marcadores de gênero e sexualidades dissidentes, ainda é um aspecto que suscita embates.

De acordo com Silva (2019), os currículos das universidades representam um tentáculo do dispositivo da sexualidade que regula corpos, define sexualidades normais e desviantes, gêneros desejáveis e indesejáveis, tanto no modo como se produz o conhecimento sobre essas temáticas, quanto também na forma como opera, naturalizando determinados corpos dentro dos espaços universitários em detrimento de outros – os corpos atravessados por sexualidades e gêneros fora da heterocisnorma. Entendidos como instrumentos não-neutros, por serem construídos através de relações de poder entre atores na sociedade, os currículos são enviesados de acordo com os ideais de quem os produz, reproduzindo consequentemente a lógica da hierarquia de poder da sociedade na academia, no passo em que esta hierarquia pode não estar institucionalizada no currículo, mas sendo manifestada através de seus atos, discursos e detalhes ocultos (Silva, 2019).

Hatje, Pereira e Silva (2019) encabeçaram o estudo intitulado “Análise dos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq com produção científica relacionada a transgeneridade”, no qual os(as) pesquisadores(as) efetuaram um levantamento de dados através da Plataforma Lattes, em busca de grupos de pesquisa que tratassem sobre as questões da transgeneridade e da transexualidade. Entre janeiro e fevereiro de 2019, os(as) pesquisadores(as) utilizaram os descritores de “transexualidade”, “travesti”, “transgênero”, “transgeneridade” e “transexual” para encontrar os grupos, resultando num total de 54, e deste total 29 foram selecionados, de acordo com os critérios estabelecidos para o trabalho. Os(as) pesquisadores(as) afirmaram que os grupos de pesquisa pertenciam predominantemente às instituições

públicas de ensino superior, sendo apenas um dos grupos pertencentes a uma universidade privada. Já no que se refere às áreas de conhecimento, os grupos concentraram-se nas áreas de Humanidades (62%) e Saúde (21%) e as pesquisas giraram em torno, principalmente, das temáticas de Direitos Humanos e Sociais e Educação, sendo mais recente o desenvolvimento de pesquisas na área da Saúde (Hatje; Pereira; Silva, 2019).

Os resultados apresentados por Hatje, Pereira e Silva (2019) nos demonstram que, apesar de escassas, as ações universitárias que promovem o debate e pesquisas sobre gêneros e sexualidades ficam condicionadas, em sua maioria, a dois pilares da universidade: Pesquisa e Extensão. Para corroborar com essas afirmações, resgatamos a pesquisa de Silva (2019), mencionada anteriormente, onde o autor analisa o relato de experiência de 120 estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), obtidos através de um questionário semiestruturado. Elder Silva (2019) afirma em sua pesquisa que o braço de Extensão está muito mais presente na promoção do debate sobre a diversidade na universidade do que o Ensino, por exemplo. Segundo Silva (2019), os coletivos de diversidade sexual e de gênero são entidades estudantis que representam de forma mais abrangente os interesses dos(as) estudantes acerca dessas temáticas do que a própria instituição, por meio dos currículos e dos grupos de pesquisa que, via de regra, à ela estão atrelados.

A pesquisa de Felipe Mendonça, Margareth Diniz e Marta Maia (2021) sobre o “Projeto Vidas”, que acontece na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2018, revela a importância de se promover rodas de conversa que exploram os diversos enlaces das temáticas de gêneros e sexualidades, dentro e fora das universidades, através de uma perspectiva multidisciplinar. O estudo dos(as) autores(as) nos chama atenção para o tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão e como as temáticas de diversidade de gênero e sexualidade têm de ser exploradas integralmente pelas universidades em busca de gerar tensionamentos entre as vias tradicionais de lidar com a diversidade no contexto acadêmico – a omissão e os novos caminhos que a universidade deve percorrer na promoção da cidadania e produção de conhecimento acerca das temáticas, visando uma formação para além dos saberes técnicos e científicos, mas também social. Não obstante, Mendonça, Diniz e Maia (2021) afirmam que o “Projeto Vidas” tem se mostrado como um importante espaço,

dentro das possibilidades, para se discutir questões relacionadas à diversidade num contexto amplo, principalmente sobre sexualidades e gêneros.

É interessante denotar que as ações práticas que ocorrem dentro das universidades analisadas nos estudos elencados aqui sempre ocorrem através da mobilização de atores que atuam diretamente nos espaços acadêmicos, sobretudo docentes e discentes que reivindicam a necessidade da criação de espaços para o debate acerca das temáticas dos gêneros e das sexualidades. Podemos inferir através disso que, mesmo que as instituições estejam indubitavelmente atreladas a todos estes momentos, a demanda de mudança na estrutura da universidade surge sempre a partir dos sujeitos que a ela acessam, sejam enquanto discentes ou como docentes.

Diálogos possíveis sobre gênero e sexualidade

Cano (2020), realizou uma pesquisa na qual entrevistou 10 estudantes universitários/as do curso de Psicologia, dentre os(as) quais, o perfil heterogêneo de gênero, sexualidade e idade contribuiu para o entendimento de como as questões dos gêneros e das sexualidades atravessam diversas corporeidades no âmbito do Ensino Superior. Os resultados de sua pesquisa mostram que as universidades, no contexto investigado pela autora, têm agido pela via do silenciamento das opressões, preconceitos e discriminações vividas por corpos dissidentes dentro do espaço universitário, além de estarem se colocando de forma omissa em relação ao tratamento pedagógico desses(as) estudantes, no que se refere à promoção de espaços seguros para o debate e as reflexões acerca das questões de diversidade sexual e de gênero (Cano, 2020).

O que nos chama atenção nos dados apresentados por Cano (2020) é que, como afirma Louro (2004), os estudos feministas, gays, lésbicos, entre outros que compõem a Teoria Queer, têm desafiado o monopólio masculinista, cisgênero e branco no pensamento científico, abrindo portas para novas corporeidades acessarem e construir conhecimentos. Entretanto, ao mesmo tempo em que este conhecimento é pouco “digno” de ocupar os espaços acadêmicos como uma epistemologia válida, este passou a ser alvo da objetividade científica em núcleos de pesquisa nos centros acadêmicos (Louro, 2004), o que nos leva a questionar o fato de que nossos corpos talvez não estejam aptos a produzir conhecimentos e debater

as nossas epistemologias no Ensino Superior, até que os corpos “normais”, dignos de produzir conhecimento sobre as dissidências, os façam.

Adentrando o âmbito da formação de professores(as) e profissionais da saúde, essa recusa por abordar certos conhecimentos e tratar de determinadas questões sensíveis às temáticas dos gêneros e das sexualidades coloca estes conhecimentos em um campo intransponível, pois, dada a reação de afastamento diante de tais conhecimentos, se torna difícil tornar pertinentes as questões que giram ao redor das temáticas omitidas na academia. Louro (2004) sugere, então, que devemos subverter essa ordem e questionar o porquê da resistência a certos conhecimentos.

Cano (2020) também afirma que os espaços universitários são marcados por silêncios sobre as questões dos gêneros e das sexualidades, pois, dentre os sujeitos estudantes de Psicologia entrevistados em sua pesquisa, predominam os relatos de que o espaço universitário não propõe debate e reflexão sobre essas temáticas. O resgate do trabalho de Louro (2004) corrobora com a ideia de que o currículo prescrito tem sido um mecanismo de perpetuação de hierarquias de poder baseadas em gêneros e sexualidades, através das lógicas que segue para (não) falar sobre corporeidades, mas que o currículo oculto, conceituado aqui como “[...] todos os aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (Silva, 2003, p. 78), também tem papel na sua perpetuação, no sentido das omissões e dos silêncios que fortalecem as posições de dominação de corpos e conhecimentos, em detrimento de outros nas relações de ensino e aprendizagem.

Junior (2021) investigou em seu trabalho a maneira como a formação superior nas licenciaturas de Educação Física aborda as temáticas dos gêneros e das sexualidades e nos demonstra que, analisando o currículo dos cursos desta licenciatura em três campus da Universidade Federal do Tocantins, é possível concluir que o currículo “não prepara as(os) formandos(as) para as relações de gênero e sexualidade e que pode prejudicar na futura intervenção pedagógica” (Junior, 2021, p. 27), podendo contribuir na perpetuação de práticas de exclusão nos espaços escolares (Junior, 2021).

Ana Paula Brancaleoni e Rosemary Rodrigues de Oliveira (2014), lideraram um estudo acerca do SEJu (Sexualidade, Educação e Juventude), um projeto de extensão voltado para licenciandos do curso de Ciências Biológicas, a partir das demandas

destes estudantes, sobre a falta de subsídio que o seu curso de formação lhes oferecia para tratar sobre as questões de diversidade sexual e gênero em sala de aula. O projeto fora iniciado em uma tentativa de aproximação da comunidade acadêmica com a comunidade extra acadêmica, entendendo-se que existia a demanda de que fosse construído um conhecimento conjunto entre estes sujeitos; docentes, graduandos/as e comunidade (Brancaleoni; Oliveira, 2014). As pesquisadoras demonstram que existia à época da condução do estudo, uma lacuna na formação profissional docente que alicerçasse as ações educativas para tratar sobre as questões da diversidade sexual e de gênero, lacuna esta que se embasava na própria “visão higienista que predomina nos processos educacionais escolares” (Brancaleoni; Oliveira, 2014, p. 37).

Em uma análise sobre os currículos de cursos de graduação das universidades nas cinco regiões brasileiras, Rizza, Ribeiro e Mota (2016) investigaram a oferta de disciplinas nos cursos de graduação (bacharelado, licenciaturas e tecnólogos) que tratassem sobre as questões de gêneros e sexualidades. Os resultados da pesquisa, que se referem aos cursos de formação de professores – licenciaturas em Ciências Biológicas e da Saúde, e profissionais da Saúde, elucidam os espaços em que essas questões vêm sendo trabalhadas no Ensino Superior brasileiro. Segundo as autoras, das 38 universidades brasileiras que possuem em seus currículos disciplinas voltadas para essas temáticas, temos poucas disciplinas que tratam das questões dos gêneros e das sexualidades: 1 no curso de Biotecnologia; 2 no bacharelado em Ciências Biológicas e 9 na licenciatura do mesmo curso; 2 no curso de Ciências Naturais; 1 no bacharelado em Educação Física e 5 na licenciatura do mesmo curso; 7 disciplinas no curso de Enfermagem; 3 no curso de Medicina; 1 no curso de Nutrição; 32 no curso de bacharelado em Psicologia e 6 na licenciatura do mesmo curso; 1 no bacharelado em Química e 2 na licenciatura do mesmo curso e, por fim, 2 no curso de Terapia Ocupacional (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016). Vale ressaltar, ainda, que a contagem total de disciplinas tem como referência cursos em diferentes universidades.

As autoras pensam esses espaços oferecidos pelas disciplinas “enquanto estratégias biopolíticas” (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016, p. 210) e, ao focarem seus olhares para as licenciaturas, as autoras reafirmam a importância que o(a) profissional terá em sua trajetória de trabalho dentro das políticas educacionais (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016).

Ao incluir as questões das diversidades – sejam estas de gênero, sexuais, de raça, classe, etnia, credo, geração, entre outras –, estarão sendo problematizadas e desestabilizadas concepções curriculares hegemônicas que produzem e reproduzem desigualdades e hierarquias entre os grupos sociais (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016, p. 213).

Ainda dentro de um olhar sobre as formações de cursos da área da Saúde, estabelecemos diálogo com o trabalho de Silva, Paulino e Raimondi (2020), que fizeram uma análise sobre os cursos de graduação em Saúde Coletiva, procurando por disciplinas nos currículos de formação que contemplassem os temas de gêneros e sexualidades através dos 16 PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso) dos 21 cursos de graduação em Saúde Coletiva existentes em universidades federais brasileiras. A autora e os autores analisaram as propostas pedagógicas curriculares de diversas universidades localizadas nas cinco regiões e, dentre seus resultados, revelou-se que instituições como UFBA (Gênero, raça, sexualidade e saúde), UFMT (Povos indígenas, Gênero e Saúde: Aspectos antropológicos), UFRJ (Gênero e Saúde), USP (Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e Saúde Pública) e UFPE (Teoria de Gênero e Sexualidade) possuem disciplinas voltadas para tratar sobre as questões de gênero e teoria de gênero na saúde, sexualidade e relações sexuais e desigualdades sociais. Sobre gênero especificamente, as instituições UFMG (Seminários de Saúde e Gênero), UFRJ (Gênero e saúde), UFPR (Gênero e diversidade em Saúde), UNILA (Gênero, Raça e Etnia na Saúde pública), UFRGS (Saúde, Sociedade e Humanidades), UFAC (Sociedade, Cultura e Saúde II), UFBA (Raça, etnia e gênero em Saúde Coletiva) e UEA (Sociedade, Cultura e Saúde II) possuem disciplinas obrigatórias em suas grades curriculares dos cursos de Saúde Coletiva (Silva; Paulino; Raimondi, 2020).

Um ponto destacado pela autora e autores se relaciona com o fato de que grande parte dessas disciplinas trazem em seu bojo o debate sócio histórico para compreender as questões da diversidade de gêneros e sexualidades e de como estes aspectos se relacionam com a temática da Saúde, impulsionando estudantes a se questionarem sobre a matriz biológica dominantes dos discursos em Saúde (Silva; Paulino; Raimondi, 2020).

Em guisa do que fora analisado até aqui, nos interessa endereçar à Universidade Federal do ABC uma análise sobre como a instituição tem se posicionado frente à promoção de espaços de formação e construção de conhecimento acerca da diversidade sexual e de gênero. Os trabalhos que nos norteiam em discussões até aqui compreenderam IES localizadas em diversos estados brasileiros e, como forma de contribuir ao lado de autoras e autores que desenvolveram pesquisas da mesma natureza, nos debruçamos sobre os posicionamentos da UFABC frente às tensões que orbitam a formação da universidade

Gêneros e sexualidades na Universidade Federal do ABC

Gostaríamos de trazer para esse debate as importantes contribuições que a Universidade Federal do ABC tem trazido para a promoção de equidade de acesso a pessoas trans e travestis no ensino superior, além de espaços onde as questões atreladas à produção de conhecimento sobre gêneros e sexualidades dissidentes podem se fazer presentes. Primeiro, inspirados pelos trabalhos de Silva (2019) e Alves e Silva (2016), efetuamos um levantamento dos grupos de pesquisa que tratam sobre gêneros e sexualidades na Universidade Federal do ABC. No site do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, da plataforma Lattes e CNPq, buscamos por todos os grupos de pesquisa pertencentes à universidade, através da ferramenta de consulta parametrizada. Dentre os resultados, elencamos aqui 5 grupos de pesquisa que tratam sobre questões relativas a gêneros e/ou sexualidades. O parâmetro para selecionar os grupos foi a relação entre linhas de pesquisa com as temáticas de gêneros e sexualidades.

Tabela 1: Grupos de pesquisa vinculados à UFABC que investigam gêneros e sexualidades.

Grupo	Área	Linhas de pesquisa	Líder do grupo
RESISTÊNCIAS: Controle social, memória e interseccionalidade	Ciências Humanas; Sociologia	Gênero, identidade, Sexualidade; Violência, resistência e ativismos	Alessandra Teixeira e Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho
Gina: Grupo de Pesquisa em Gênero,	Ciências Humanas;	Políticas de Gênero, Raça e Desigualdades;	Arlene Martinez Ricoldi

Raça e Interseccionalidades	Sociologia	Sexualidade, Corpo e Violência	
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação em Ciências, Matemática Sexualidade - GECIMAS	Ciências Humanas; Educação	Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática; Educação em Matemática; Educação em Sexualidade; Formação de Professores em Ciências e Matemática	Mirian Pacheco Silva Albrecht e Evonir Albrecht
Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Feminismos	Ciências Humanas; História	Gênero e Feminismos: formação, contexto e conceitos fundamentais; Gênero, Feminismos e Novas Epistemologias	Cintia Lima Crescêncio e Cristiane Negreiros Abbud Ayoub
LinnDES - Laboratório de investigações na Diferença: Educação e Subjetividades	Ciências Humanas: Educação	Estudos Queer e Educação; Noopolítica do Currículo	Allan Moreira Xavier

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil.

Os grupos de pesquisa elencados na Tabela 1 estão concentrados nas áreas de Ciências Humanas, História, Sociologia e Educação. Entretanto, a relação destes grupos de pesquisa com a nossa objetividade aqui se materializa através da interdisciplinaridade pela qual a Universidade Federal do ABC preza e trabalha em seus cursos de formação, ações de extensão e pesquisa. A exemplo disso, elencamos que, dos professores líderes destes grupos, podemos traçar uma relação direta com os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas oferecidos pela universidade, a exemplo a Profa Dra Mirian Pacheco, professora adjunta da Universidade Federal do ABC, associada ao Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação em Ciências, Matemática Sexualidade (GECIMAS) e o Prof. Dr. Allan Xavier Moreira, também professor adjunto da instituição e associado ao CCNH, líder do Laboratório de investigações na Diferença: Educação e Subjetividades(LinnDES).

Além dos grupos de pesquisa, nos interessa endereçar o debate também acerca das políticas institucionais para a promoção de acesso e permanência de

peessoas trans e travestis da UFABC. No dia 17 de fevereiro de 2023, fora publicada a Portaria nº3127/2023 (Brasil, 2023), que versa sobre novas funções em prol da comunidade LGBTQIAP+, exercidas pela Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis (CEPT). A CEPT já exercia alguns papéis importantes, como acompanhar as pessoas contempladas por suas políticas no percurso acadêmico e apurar denúncias de fraudes em cotas para pessoas trans e travestis. Agora, dentre as novas funções desempenhadas pela comissão, cabe salientar: 1) o assessoramento das diversas frentes da universidade na promoção de um ambiente acolhedor a pessoas LGBTQIAP+; 2) a proposição de novas políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3) a elaboração e o monitoramento de políticas afirmativas dentro da universidade; 4) a capacitação da comunidade universitária para combater as discriminações contra pessoas LGBTQIAP+ e a veiculação de informações sobre ações voltadas para o público dissidente da universidade (UFABC, 2023). Um actante importante para a promoção de todas essas atividades é o “Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia” (NEG/UFABC), que tem atuado ativamente junto a coletivos dentro da universidade, para viabilizar momentos de discussão e ações em diversas frentes, voltadas para as questões dos gêneros e das sexualidades, além de se articular junto ao “Grupo de Pesquisa em Gêneros e Feminismos”, liderado por Cintia Lima Crescêncio e Cristiane Negreiros Abbud Ayoub.

Antes disso, como política de inserção de pessoas transgênero, transexuais e travestis na graduação, o Conselho Universitário da Universidade Federal do ABC aprovou, em 23 de outubro de 2018, a criação de cotas para estudantes trans e travestis, reservando 1,5% das 2.008 vagas ofertadas anualmente para estudantes trans e travestis, com vigência a partir de 2019 (UFABC, 2018). Posteriormente, em agosto de 2021, a universidade aprovou a Resolução nº78/2021 (Brasil, 2021), que instituiu Políticas de Ações Afirmativas para acesso e permanência de estudantes em vulnerabilidade social nos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* da instituição, prevendo a modalidade de reserva de vagas para estudantes trans e travestis, além de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Mais tarde, no mesmo ano, a Política de Ações Afirmativas foi ampliada, prevendo que cerca de 30% das vagas ofertadas para os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* na instituição deveriam passar a ser reservadas aos grupos de estudantes contemplados pelas políticas afirmativas (UFABC, 2021).

Não obstante, fomos em busca de entender como o currículo da universidade opera no sentido de tensionar as posições hegemônicas de produção e endereçamento do conhecimento veiculado dentro da instituição. Dessa forma, buscamos nas disciplinas ofertadas para a graduação, algumas que versem sobre as questões de gêneros e sexualidades. O documento de referência foi o catálogo de disciplinas de graduação dos anos de 2022 e 2023, disponibilizado no site da Pró-Reitoria de Graduação da universidade. A tabela a seguir sintetiza as disciplinas encontradas:

Tabela 2: Disciplinas disponíveis para os cursos de graduação da UFABC que versam sobre gêneros e sexualidades.

Disciplina	Objetivos
Corpo, Sexualidade e Questões de Gênero	Não consta
Desigualdade de Raça, Gênero e Renda	Fornecer ferramentas para a análise das relações étnico-raciais no Brasil, com interesse nas desigualdades de raça, gênero e renda.
Diversidade de Gênero e Formação do Professor	Conhecer e entrar em contato com o amplo campo dos estudos de gênero e diversidades. Entender conceitos como gênero, feminismo, sexualidade, interseccionalidade, e as pluralidades que acompanham esse debate. Refletir sobre a importância dessa discussão na sociedade e em ambientes educacionais.
Educação em Saúde e Sexualidade	Papel da escola na promoção da saúde e no desenvolvimento da sexualidade humana. Perspectiva histórica e interdisciplinar das questões de saúde e sexualidade. Gênero e diversidade sexual. Produção de materiais didáticos envolvendo os temas saúde e sexualidade no contexto da escola básica e de espaços educativos não formais. Elaboração de projetos educativos para espaços escolares e/ou comunitários.
Educação em Sexualidade	Discutir sexualidade em uma perspectiva bio-psico-socio-cultural. Compreender a sexualidade em uma perspectiva histórica e interdisciplinar. Compreender o desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital. Refletir sobre o papel da escola no desenvolvimento da sexualidade humana. Discutir sobre as violências que interferem nas relações e comportamentos sexuais. Produzir materiais didáticos e projetos educativos sobre sexualidade.
Epistemologia Feminista	A disciplina visa apresentar e elucidar a área

	temática da Epistemologia por meio de criteriosa análise conceitual das ideias e problemas filosóficos abaixo discriminados.
Estudos de Gênero	Oferecer aos discentes uma introdução ao campo dos estudos de gênero em suas diferentes vertentes teóricas e apresentar os principais debates contemporâneos em gênero.
Estudos <i>Queer</i> e Educação	Oferecer às alunas e alunos um panorama aproximativo com um conjunto textos que propõem torções epistemológicas relativas aos movimentos <i>queer</i> em educação. Apreender os principais conceitos dos estudos <i>queer</i> e sua relação com a prática docente. Análises das normatizações em educação, suas correlações com os corpos e a generificação dos sujeitos da educação.
Gênero, Raça, Classe e Sexualidade	A disciplina visa apresentar e elucidar a área temática de Gênero, Raça, Classe e Sexualidade por meio de criteriosa análise conceitual das ideias e problemas filosóficos abaixo discriminados.
História e Gênero	Debater as relações entre produção do conhecimento histórico e a categoria gênero. Discutir a historicidade das representações de sexualidade e gênero dissociadas de estereótipos e binarismos presos à ideia de masculino e feminino. Problematizar o lugar da história na cristalização/silenciamento de narrativas gendradas. Identificar a importância permanente da História das Mulheres e de pessoas LGBTQIA+.
Pedagogias Feministas	Conhecer e analisar o processo de constituição das pedagogias feministas. Apreender os principais conceitos das pedagogias feministas e sua relação com a prática docente. Desenvolver procedimentos metodológicos para o trabalho de formação no âmbito da educação formal e não-formal.

Fonte: Site da Universidade Federal do ABC.

Nossa busca se deu através da localização de termos e palavras específicas ligadas ao campo dos estudos de gêneros e sexualidades, tais como “gênero”, “sexualidade”, “feminismo”, “corpo” e “queer”. No documento analisado, as disciplinas possuem campos de recomendação, objetivos, ementa, bibliografia básica e complementar. Utilizamos aqui apenas o campo de objetivos e elencamos na tabela apenas os objetivos que se relacionaram com as nossas buscas: a promoção de espaços de debate e produção de conhecimento sobre gêneros e sexualidades.

Em um breve contexto as disciplinas que integram o quadro acima, cabe-nos salientar que estas foram retiradas do catálogo de disciplinas oferecidas aos cursos de graduação da UFABC, disponível no site da instituição⁵. Todas as disciplinas supracitadas são optativas, ou seja, os estudantes dos cursos de graduação podem optar por cursá-las durante o seu tempo de formação nos cursos de ingresso disponíveis na universidade, não havendo obrigatoriedade de nenhuma delas na composição de grade curricular dos estudantes.

Adentrando a seara do formato de cursos de graduação oferecido pela instituição, existem 5 Cursos de ingresso disponíveis aos estudantes: Bacharelado em Ciência & Tecnologia (BC&T), Bacharelado em Ciências & Humanidades (BC&H), Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) e Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes (LEILA). Depois de completo o ciclo de formação dos Cursos de ingresso, os estudantes seguem para o ciclo de formação nos Cursos de formação específica.

Nos debruçamos sobre o PPC (Projeto Pedagógico de Curso) do curso de formação específica de Ciências Biológicas a fim de analisar brevemente as menções às disciplinas optativas que versam sobre diversidade de gênero e sexualidade oferecidas pela UFABC.

No PPC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, aprovado através do Ato Decisório nº266/2023⁶, não há qualquer menção ou recomendação que verse sobre a formação voltada aos tópicos de gêneros e sexualidade para alunos de licenciatura. Já analisando o PPC do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas oferecido também pela UFABC, aprovado através de Ato Decisório nº 251/2023⁷, lê-se o seguinte trecho (p. 40-41):

Da mesma forma, em atendimento às diretrizes curriculares nacionais, recomenda-se que o aluno selecione disciplinas relacionadas às seguintes áreas: 1. As disciplinas que abordam a temática Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena⁵⁵: ESZP014-13 - Diversidade Cultural, Conhecimento Local e Políticas Públicas; BHQ0001-15 - Identidade e Cultura; ESHP004-13 - Cidadania, Direitos e

⁵ Disponível em: <https://prograd.ufabc.edu.br/catalogos-de-disciplinas>

⁶ Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consepe_ato_decisorio_266_anexo.pdf

⁷ Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consepe_ato_decisorio_251_anexo.pdf



Desigualdades; e NHZ2138-18 - Gênero, Raça, Classe e Sexualidade.

Corroborando com o que trouxemos até aqui, tendo em vista a forma como a Universidade Federal do ABC trabalha a interdisciplinaridade do seu currículo, expandimos nossas análises para o PPC do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, que além de promover uma clara intersecção com nosso objeto de estudo como demonstrado na Tabela 2 – grupos de pesquisa vinculados à UFABC, também poderá nos servir como base para análise de disciplinas ofertadas a fim de encontrarmos lugares-comuns nas grades ofertadas pela universidade. O Ato Decisório nº 307/2025⁸ que aprova o novo Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura Ciências Humanas⁹, descreve na página 38, Quadro 8B, as disciplinas obrigatórias que compõem a grade curricular para estudantes do referido curso de licenciatura e, dentre elas, a disciplina “BHS0002-22: Diversidade de gênero e formação do professor” é um exemplo de como a UFABC vem promovendo ações para a promoção das questões de gênero em sua matriz curricular. Até a presente data de escrita deste trabalho, há em tramitação oficial dentro da instituição um projeto para tornar a disciplina “Diversidade de gênero e formação do professor” como obrigatória em todos os três cursos de ingresso nas Licenciaturas oferecidos pela universidade de modo que todas as graduações para a formação de professores tenham um componente curricular obrigatório com a temática.

Destarte, a Universidade Federal do ABC vem trabalhando de forma contundente no compromisso social de promover o ingresso e permanência de pessoas LGBTQIAP+ dentro da instituição através de Políticas de Ações Afirmativas que preveem a reserva de vagas para pessoas trans e travestis, além de promover espaços onde existe a produção de conhecimento acerca das temáticas de gênero e sexualidades dissidentes, trazendo ainda esses debates e conhecimentos produzidos para dentro da sala de aula, através das disciplinas integrantes do currículo da graduação. Sendo assim, podemos afirmar que existe uma mobilização do tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão, que visa cumprir com o papel social e

⁸ Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/ato_decisrio_307_-_aprova_a_atualizacao_do_ppc_de_licenciatura_em_cincias_humanas_-_lch_-_assinado_-_com_anexo.pdf

⁹ Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consepe_ato-decisorio_307_anexo.pdf

uma formação cidadã que contemple temas contemporâneos, corpos dissidentes e suas demandas educacionais através de grupos de pesquisa, políticas institucionais e ações de extensão. Para além disso, observamos através das nossas análises que a UFABC muito além de cumprir normas legais e documentos prescritivos da Educação em uma era de embates e tensionamentos, posiciona-se como um espaço de resistência às investidas conservadoras que tomam lugar na Educação e Formação de Professores no Brasil, mantendo as pautas de gêneros e sexualidades vivas nos cursos de formação através das disciplinas optativas ofertadas, além dos grupos de pesquisa que contribuem para a construção de conhecimento e formação crítica dos estudantes dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas oferecidos pela Universidade Federal do ABC. Essa resistência se comprova com a manutenção dessas pautas mesmo com as mudanças normativas educacionais de 2019, que institui a Base Nacional Curricular Comum, sem um debate explícito de gênero (Brasil, 2019).

Estimamos que, a partir dos contextos investigados – as universidades brasileiras –, a criação de oportunidades de acesso e permanência de estudantes cujas subjetividades são atravessadas pelos marcadores de gêneros e sexualidades dissidentes, potencialize a produção de saber técnico, como caracterizaram Rizza, Ribeiro e Mota (2016), possibilitando permear o conhecimento técnico e científico produzido na contemporaneidade com as questões de diversidade sexual e de gênero. Nos interessa também questionar quais tensionamentos surgem ao constataremos a presença de disciplinas nos currículos de formação de profissionais da educação que versam sobre as temáticas dos gêneros e das sexualidades, de forma que, no que se refere aos currículos, as disciplinas que tocam na diversidade sexual e de gênero podem nos levar a significativos avanços em relação a uma compreensão mais abrangente dos aspectos sociais, psicológicos, comportamentais e culturais de toda uma população que acessa a universidade e se insere no cotidiano desse espaço, combatendo as formas de violência que se desenrolam dentro do âmbito acadêmico. Desse modo, “estarão sendo problematizadas e desestabilizadas concepções curriculares hegemônicas que produzem e reproduzem desigualdades e hierarquias entre os grupos sociais” (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016, p. 213), viabilizando uma verdadeira existência sustentável (Dantas, 2019) de estudantes LGBTQIAP+ nas universidades brasileiras e, sobretudo, contribuindo para uma formação de

profissionais da educação pautada na diversidade sexual e de gênero.

Quando a universidade se mobiliza, toda uma rede tecida por diversos atores se mobiliza junto. Neste sentido, podemos afirmar que as mudanças de paradigma da universidade analisada são reflexo de uma série de agentes que poderão cascatear os efeitos das mudanças dentro do espaço acadêmico. Um claro exemplo de como essas mudanças se efetivam, configura-se com as práticas dos grupos de pesquisa dedicados ao estudo das questões de gênero e sexualidade. Isto porque, para além de criar um espaço de construção de conhecimento, os grupos de pesquisa são locais onde, através das produções, consolida-se o fluxo de mobilização ao redor da temática da diversidade sexual e de gênero e se produz um saber técnico que tensiona os discursos dominantes. Além disso, as disciplinas oferecidas nas universidades e os grupos de pesquisa que investigam as questões dos gêneros e das sexualidades contribuem para consolidar os saberes produzidos dentro do âmbito acadêmico, tensionando os discursos dominantes (Rizza; Ribeiro; Mota, 2016).

Para ilustrar as mobilizações às quais nos referimos anteriormente, resgatamos o trabalho de Mendonça, Diniz e Maia (2021), no qual os(as) autores(as) afirmam que nos últimos anos docentes e discentes da Universidade Federal de Ouro Preto, comprometidos com as discussões sobre a diversidade, têm fomentado:

[...] de forma contundente, temas, discussões, disciplinas nos currículos, performances em vários momentos, pesquisas e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, produção de livros e artigos, além de projetos de extensão, que provocam a instituição e seu profundo silenciamento em torno de questões sobre violência de gênero e sexualidade (Mendonça; Diniz; Maia, 2021, p. 4).

Discorrendo ainda sobre o papel da universidade e dos agentes que a ela acessam na promoção da diversidade, ressaltamos a necessidade de nos mantermos atentos(as) frente à herança do pensamento hegemônico que permeia os espaços acadêmicos, herança esta que representa um dos lados dessa disputa pela dominação e hierarquia de determinados sujeitos e saberes em detrimento de outros dentro da universidade. Em face dos nossos levantamentos acerca das ações empreendidas pela Universidade Federal do ABC, enquanto uma IES que promove debates e ações em relação às questões de gênero e sexualidade dentro do seu currículo, grupos de pesquisa e políticas institucionais, estabelecemos um diálogo

com o nosso referencial teórico e vislumbramos um panorama positivo para a instituição, que figura entre as universidades brasileiras supracitadas neste estudo que trazem no seu bojo as reivindicações que a sociedade tem levantado sobre a promoção de espaços para introduzir as questões dos gêneros e das sexualidades na formação de profissionais, com enfoque na formação docente.

Conclusão

Quando nos deparamos com a tarefa de investigar os contextos que se inserem nesta pesquisa, percebemos que este não é um fazer neutro, mas sim dotado de uma perspectiva que se baseia em nossas próprias vivências acadêmicas, tendo ocupado este ambiente a partir da perspectiva do próprio sujeito Outro. Destarte, cumprimos o papel de interlocutores das ausências percebidas no espaço acadêmico, as quais parecem estar sendo sanadas não apenas pela UFABC, como também pelas outras universidades que figuraram este estudo.

A busca por destrinchar a formação de profissionais da área das Ciências Biológicas e da Saúde nas universidades brasileiras nos insere em um diálogo com diversos(as) outros(as) pesquisadores(as) que investigaram a temática em busca de elucidar alguns pontos significativos como, por exemplo, o fato de diversas universidades ainda hoje agirem pela via do silenciamento das questões dos gêneros e das sexualidades dissidentes do sistema sexo-gênero e, não apenas silenciarem estas questões, como endossarem práticas que inviabilizam a existência de pessoas dissidentes dentro do âmbito acadêmico, através de práticas sistêmicas, que envolvem não apenas o currículo prescrito, como também o currículo oculto.

Varrer para debaixo do tapete a construção de conhecimento acerca dos gêneros e das sexualidades por muito tempo foi a atitude adotada pelas IES brasileiras. Entretanto, surge expoente, no horizonte da pesquisa, trabalhos que visam escancarar e rasgar este tapete, em busca de uma construção coletiva que possa promover esse debate dentro da academia. Embora o horizonte hoje não seja tão propício à reflexão e formação para as questões da diversidade sexual e de gênero, existem iniciativas, grupos de pesquisa e disciplinas na formação inicial que representam uma guinada ao progresso, como é o caso da Universidade Federal do ABC, que conforme demonstramos, dispõe de disciplinas e grupos de pesquisa que

estabelecem o diálogo, a reflexão e a construção coletiva de conhecimentos sobre a diversidade sexual e de gênero, lançando luz a um sistema que sempre trabalhou em favor de manter as posições de poder sobre o que se deve ou não falar, pesquisar e ensinar, na formação de profissionais nas universidades brasileiras.

Em guisa de conclusão, denotamos a importância do tensionamento de práticas excludentes dentro da universidade, para que possamos trazer à luz conhecimentos e corporeidades há muito tornadas marginais. Sem que haja esse tensionamento, feito por diversos agentes, talvez nem mesmo esse trabalho fosse viável. Mas, graças às guinadas positivas, pudemos contar com diversos estudos que fomentaram o debate e nos mostraram que há sim esperança e, sobretudo, possibilidade de que a formação de profissionais da área de Ciências Biológicas e da Saúde propicie a dignidade de pessoas dissidentes nos espaços acadêmicos.

Referências

- ALTENFELDER, A. H. Desafios e tendências em formação continuada. **Construção Psicopedagógica**, [S. l.], v. 13, n. 10, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-69542005000100004. Acesso em: 24 ago. 2026.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, [S. l.], n. 13, p. 69-82, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.
- ALVES, R. C. D. P.; SILVA, E. L. S. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. **Revista Gênero**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 83-98, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31253/18342>. Acesso em: 24 ago. 2026.
- ANACLETO, A. A. A.; GALLICIANO, V.; FILHO, F. S. T. Relações de gênero, sexualidade e diversidades: um diálogo no espaço universitário. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 3., 2013, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: [s. n.], 2013. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/genero_e_identidade_de_genero/5-01.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.
- BARCELOS, N. N. S.; VILLANI, A. Troca entre universidade e escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. **Ciência & Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 73-97, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RqqvsgvwjL9QHNmWyK5dNts/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 24 ago. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 230 p.

BENTO, B. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, [S. l.], n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64>. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Sexualidade e gênero: processos emancipatórios nas relações entre universidade e comunidade. **Cadernos CIMEAC**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 22-40, 2014. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1458/1229>. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2015/rcp002_15.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 78, de 6 de agosto de 2021. Institui a Política de Ações Afirmativas de acesso e permanência nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFABC. **Boletim de Serviço da UFABC**, Santo André, n. 1073, p. 47-53, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3127, de 15 de fevereiro de 2023. Aprova o Regimento Interno da Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis da Universidade Federal do ABC – CEPT. **Boletim de Serviço da UFABC**, Santo André, n. 1221, p. 9-15, 2023.

BUTLER, J. **Excitable speech**: a politics of the performative. Oxford: Routledge, 1997. 200 p.

CANO, M. T. **Gênero e sexualidade**: vivências e concepções de jovens universitários/as de cursos de psicologia da cidade de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual



Paulista, São Paulo, 2020.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 24 ago. 2026.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALCANTE, L. I. P. *et al.* A docência no ensino superior na área da saúde: formação continuada e desenvolvimento profissional em foco. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 162-182, 2011. Disponível em: https://apoioadocencia.ufes.br/sites/apoioadocencia.ufes.br/files/field/anexo/a_docencia_no_ensino_superior_-_saude.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

CUNHA, M. I. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. *In*: CUNHA, M. I. **Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara: Junqueira e Martins, 2006.

CUNHA, M. I. O lugar da formação do professor universitário: a condição profissional em questão. *In*: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007.

DANTAS, L. Um corpo insustentável: a disputa dissidente pela permanência em sociedade. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 203-214, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10178>. Acesso em: 24 ago. 2026.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 432 p.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília, DF: Liber Livro, 2008. 96 p.

FREITAS, L. M.; CHAVES, S. N. Desnaturalizando os gêneros: uma análise dos discursos biológicos. **Revista Ensaio**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 131-148, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/65n835zjr4H6RhY4Zk6xXdp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.

HATJE, L. F.; PEREIRA, L. T.; SILVA, M. V. T. Análise dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes CNPq com produção científica relacionada com a transgeneridade. **Revista Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 92-120, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9037/5985>. Acesso em: 24 ago. 2026.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 176 p.

JÚNIOR, I. B. N. **Relações de gênero e sexualidade na formação das/dos**



professores/as de Educação Física nas instituições de ensino superior públicas do Tocantins. 2021. Monografia (Graduação em Educação Física) – Campus Universitário de Miracema, Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2021.

KATO, D. S. Caravana da diversidade: diferença cultural na formação de professores de biologia. *In*: FERREIRA, M. S. *et al.* **Vidas que ensinam o ensino da vida**. São Paulo: Livraria da Física, 2020. p. 259-272.

LOURO, G. L. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 184 p.

LOURO, G. L. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE HOMOCULTURA, 2., 2004, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Nojosa, 2004. p. 16-19. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys6/libre/guaciraa.htm>. Acesso em: 24 ago. 2026.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Formação Docente**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/31>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MARIN, Y. A. O. Problematizando el discurso biológico sobre el cuerpo y género, y su influencia en las prácticas de enseñanza de la biología. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yW6Z9rtkfzW64TMZQXbFJpM/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MARIN, Y. O.; NUNES, P.; CASSIANI, S. A branquitude e a cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de ciências e biologia: uma proposta decolonial no estágio supervisionado. **Ensino, Saúde e Ambiente**, [S. l.], número especial, p. 225-238, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43025/24450>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MAZZOTTI, T. B. Estatuto de cientificidade da pedagogia. *In*: PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, G. F.; CAMPOS, V. T. B. Pedagogia universitária: por uma política institucional de desenvolvimento docente. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 49, n. 173, [2019]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TyvzMrmKzC3M7GSsykM8NcC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MELO, M. R. Educação e movimento homossexual: reflexões queer. **Revista Fórum**



de Identidades, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 71-80, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1811>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MENDONÇA, F. V. K. M.; DINIZ, M.; MAIA, R. M. Gênero e sexualidade no contexto da universidade pública: estudo de caso do Projeto Vidas – UFOP. **Revista Internacional de Educação Superior**, [S. l.], v. 7, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8659104/22710>. Acesso em: 24 ago. 2026.

OLIVEIRA, R. R.; BRANCALEONI, A. P. L.; SOUZA, T. N. Formação de professores para o trabalho com o tema sexualidade no cotidiano escolar. **Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 34-49, 2013. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5148/6767>. Acesso em: 24 ago. 2026.

PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1998. 160 p.

PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2003. 329 p.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, [S. l.], n. 43, p. 205-224, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rXwRNn9Lhr5Q9MJgMgZgMsL/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.

RIZZA, J. L.; RIBEIRO, P. R.; MOTA, M. R. A. Disciplinas que discutem a sexualidade nos currículos do ensino superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual. **Revista Linhas**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 197-224, 2016. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817342016197/pdf_129. Acesso em: 24 ago. 2026.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, C. F.; SANTOS, R. M. R. Desafios na formação docente em diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 29, n. 60, p. 149-161, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13029/8828>. Acesso em: 24 ago. 2026.

SILVA, E. L. S. Entre silenciamentos e invisibilidades: ausência de discussões curriculares e políticas institucionais de gênero e sexualidade na universidade. **Revista Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 39-63, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9000/6007>. Acesso em: 24 ago. 2026.

SILVA, J. M. N.; PAULINO, D. B.; RAIMONDI, G. A. Gênero e sexualidade na graduação em Saúde Coletiva no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 6, p. 2335-2346, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8RWnmVtcZWmt7rMqKsfH7Qq/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2026.



SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, V. O.; MARTELLI, A. C.; SANDRI, S. As temáticas de gênero e sexualidade na BNC-Formação. **Revista Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 911-938, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15228/10324>. Acesso em: 24 ago. 2026.

SOUZA, J. E.; GIACOMINI, C. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 136-156, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/189278/174832>. Acesso em: 24 ago. 2026.

TORRES, A. R.; ALMEIDA, M. I. Formação de professores e suas relações com a pedagogia para a educação superior. **Formação Docente**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 11-22, 2013. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/92>. Acesso em: 24 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Conselho Universitário aprova cotas para estudantes transgêneros na graduação**. Santo André: UFABC, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/conselho-universitario-aprova-cotas-para-estudantes-transgeneros-na-graduacao>. Acesso em: 24 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **UFABC amplia cotas na pós-graduação para grupos discriminados e vulnerabilizados**. Santo André: UFABC, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/ufabc-amplia-cotas-na-pos-graduacao-para-grupos-discriminados-e-vulnerabilizados>. Acesso em: 24 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Comissão especial para pessoas transgêneras, transexuais e travestis com novas funções em prol da diversidade na comunidade da UFABC**. Santo André: UFABC, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/comissao-especial-para-pessoas-transgeneras-transexuais-e-travestis-com-novas-funcoes-em-prol-da-diversidade-na-comunidade-da-ufabc>. Acesso em: 24 ago. 2026.

DIALOGUES ON GENDER AND SEXUALITY IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Possibilities for Education in the Biological and Health Sciences

Abstract: This paper examines issues related to gender and sexuality in Brazilian universities. It investigates how these topics are incorporated into preservice teacher education in the Biological and Health Sciences and aims to provide an overview of courses, research groups, and institutional policies that promote sexual and gender diversity in the context under study. Using content analysis, we examined and cross-referenced academic studies and official documents that informed our discussion. We also analyzed the case of the Federal University of ABC (UFABC), drawing on the university's official documents and the relevant theoretical framework. The findings indicate that UFABC is among the Brazilian universities that promote diversity across different areas of education, including academic courses and research groups. Nevertheless, both UFABC and other Brazilian universities must remain attentive to tensions surrounding gender and sexuality and take more decisive action to strengthen their commitment to diversity.

Keywords:

Education; Higher Education; Teacher Education; Genders and Sexualities.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Contribuições das pessoas autoras: DGSS contribuiu para a escrita do rascunho original. DMA colaborou como co-orientador e na redação deste trabalho. JRSS colaborou como orientador e na redação deste trabalho.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Declaro a de utilização de ferramenta de IA com a finalidade de tradução preliminar do resumo, revisão gramatical e melhoria de clareza textual. A ferramenta não foi utilizada para substituir a análise crítica, a interpretação dos resultados ou a formulação das conclusões.

Pessoa autora correspondente: Daniel Manzoni de Almeida. Universite Bretagne Occidentale. danielmanzoni@gmail.com. e manzonide@univ-brest.fr França.

Recebido em: 30/05/2025

Aceito em: 18/07/2026